



DESAFIOS AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Maria Angelina Baia de Carvalho de Almeida Camargo¹

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os desafios que se apresentam para o trabalho do Assistente Social no SUAS. Parto da hipótese de que as atuais configurações do capital têm redimensionado essa política, por meio de ações focalizadas de alívio da pobreza e geração de renda, ajustando-a as suas exigências, e no mesmo movimento tem demandado um perfil profissional adequado a tais solicitações, tensionado a direção social estratégica da profissão de prospecção crítica.

Palavras-chave: Serviço Social, demandas profissionais, política de assistência social, SUAS.

ABSTRATC:

The present work aims to reflect on the challenges for the work of the Social Worker in their. Delivery of the hypothesis that the current settings of the capital have resized this policy, by means of actions focused on poverty alleviation and income generation, adjusting it to their needs, and in the same movement has sued a professional profile appropriate to such concerns, stressed the strategic direction of social profession of prospecting for criticism.

Keywords: Social Service professionals, policy demands of social assistance, SUAS.

¹ Mestre. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: mariaangelinacarvalho@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

O tema proposto origina-se da preocupação da autora com o exercício profissional em relação ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Desenvolveu-se a partir de estudos e pesquisa nesse campo através da atividade docente no âmbito da supervisão acadêmica e da extensão universitária.

A conjuntura contemporânea tem colocado o Serviço Social a prova (NETTO, 2004) e tensionado fortemente a direção social e perfil profissional desta profissão. As formas que tem assumido o seu objeto – a “*questão social*”, enquanto campo político de intervenção das classes sociais e do Estado por vias do conformismo e do moralismo tem criado reflexos na profissão, pois “a crise atual do capital, com suas novas e antigas determinações, impõe metamorfoses ao mundo do trabalho, o que exige um perfil de profissional funcional [e adequado] a essa etapa do capitalismo” (p. 715).

Esperemos com este trabalho contribuir para o debate e a reflexão nesse campo.

2. A PNAS/2004 E SUAS: AVANÇOS E DESAFIOS

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 194 a 204 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993 marcam o ingresso político e institucional da Assistência Social no campo da seguridade social e da proteção social. Desse modo, a LOAS introduz um cunho civilizatório – o que significa que a Assistência Social deve ser concebida e executada no âmbito das garantias de cidadania sob a vigência do Estado. (Couto; Yazbek; Raichelis, 2011).

Para as autoras, esse cunho civilizatório introduzido pela LOAS inova em três aspectos: novo desenho institucional para a Assistência Social – ao afirmar o seu caráter de direito não contributivo; na centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos aos serviços sociais e no controle da sociedade na formulação, gestão e execução da política, indicando caminhos alternativos para a sua construção.



Esse processo profundamente o panorama no campo dessa política e, também, acentua a disputa pela hegemonia e direção dessa política. São três os episódios que expressam bem esse processo: a longo tempo para aprovação da LOAS, ou seja, 05 (cinco) anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988; mais 02 (dois) anos para o pagamento do BPC, após a aprovação da LOAS; a criação pelo governo FHC, do Programa Comunidade Solidária, criado a margem da LOAS como expressão de recusar veemente a reconhecer a Assistência Social como política pública e de Seguridade Social; a aprovação apenas em 1998, da 1ª Política Nacional de Assistência Social. Tais episódios acontecem num cenário de luta e resistência.

Desse modo, as ações da política de Assistência Social serão marcadas por ações pontuais, descontinuadas, por escassos recursos financeiros e humanos e tendo como maior personagem para intermediar as ações e “modelo de proteção social” o Programa Comunidade Solidária, que para Telles (1998², p. 19 *apud* Couto; Yazbek; Raichelis, 2011, p. 36) funcionou como “uma espécie de alicate que desmonta as possibilidades de formulação da Assistência Social como política pública regida pelos princípios universais dos direitos de cidadania”.

Será entre esses desafios trilhados pela Assistência Social para atingir o seu *status* de política pública e da necessidade de reafirmá-la no campo da Seguridade Social que 11 (onze) anos após a aprovação da LOAS teremos o nascimento de uma nova matriz para essa política, resultado direto da lutas de muitos sujeitos sociais que juntos continuaram a travar uma luta histórica nesse campo brasileiro.

O nascimento de nova matriz para a Política de Assistência Social, após 11 de aprovação da LOAS, para Couto; Yazbek; Raichelis, expressa: a materialização das diretrizes da LOAS, conforme consta nos artigo 204 da CF/88; a descentralização político-administrativa; a participação da população, através do controle social; a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo.

O SUAS expressa uma decisão coletiva dos segmentos progressistas que historicamente lutaram e luta na defesa intransigente dessa política de Seguridade Social.

² TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a proposito dos programas de renda mínima no Brasil. In. *Programas de renda mínima: impactos e potencialidades*. São Paulo: Pólis, 1998.



O SUAS é uma possibilidade de regular e organizar em todo território nacional medidas protetivas que possam de fato afiançar direitos sociais na perspectiva democrática.

Por outro lado, existe uma “nova engenharia da Seguridade Social, ao focalizar os segmentos mais pobres da sociedade que imprime outro desenho à política de Assistência Social, principalmente porque na expansão tiveram centralidade os programas de transferência de renda [...]” (MOTA, 2010, p. 134), numa relação que configura as demais políticas de Seguridade naquilo que a autora identifica de uma “perversa posição de se conformarem a uma unidade contraditória: enquanto a mercantilização da saúde e da previdência precariza o acesso aos benefícios e serviços, a assistência social se amplia, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social” (idem).

Desse modo, o SUAS expressa um avanço importantíssimo, mas é carregado de desafios e precisamos concebê-lo como espaço de disputa e luta permanente no âmbito das classes sociais e do Estado pela hegemonia.

3. QUESTÃO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL.

Parte-se do pressuposto que a Assistência Social constitui o sistema de Seguridade Social brasileiro e encontra no Sistema Único de Assistência de Assistência Social (SUAS) e na Política Nacional de Assistência Social mediações fundamentações que expressam avanços, desafios no campo do direito social e ruptura com o paradigma assistencialista, filantrópico e voluntarista que historicamente dinamizou essa política.

Nesse campo o debate do trabalho do Assistente Social tem se colocado como um debate necessário para a categoria. Por se tratar de um espaço histórico e tradicional de inserção do trabalho profissional e, sobretudo, porque a partir de 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, e do seu modelo de gestão através do Sistema Único, tem demandado um número significativo de profissionais para atuar na linha de frente dessa política, tanto no campo da gestão quanto no campo da prestação dos serviços nela contidos.

Outro pressuposto para a análise é destacar que a Assistência Social, assim como as demais políticas sociais, está fortemente tensionada pela concepção de política



social do Banco Mundial “uma dimensão profundamente ideológica e política” (TEIXEIRA, 2010, p. 650). Tal processo tem se intensificado através dos programas de transferência de renda para alívio da pobreza, por vias do conformismo e do moralismo.

Para Mota (2008, p. 50, grifo do autor), “*o que está posto na agenda contemporânea (e, mais largamente, no horizonte sociocultural) são outras formas de conceituar e tratar a questão social, através de uma nova reforma social e moral conduzida pela burguesia contemporânea*”. Significa tirar o componente classista que move a dinâmica de produção e reprodução da vida social, numa clara perspectiva de naturalizar os efeitos perversos da produção social capitalista na sua busca incessante pela acumulação de riquezas.

Para Guerra, vivemos um

o contexto que vivemos é propício aos apelos aos subjetivismos, adaptação de comportamentos, amenização de conflitos, como se os resultados fossem decorrência da mera vontade do sujeito. Com isso, nem sempre o profissional percebe a incompatibilidade entre os objetivos institucionais e os profissionais, e, sobretudo, com os princípios do projeto ético-político profissional.

Tais elementos vêm implicando a emergência de novas demandas para o Serviço Social e a necessidade de redimensionar a formação profissional. (GUERRA, 2010, p. 722).

Desse modo, o desafio é decifrar as novas (velhas) requisições no âmbito da questão social³. Trata-se de ultrapassar a leitura, de acordo com Mota (2008, p. 50), exclusiva sobre a questão social limitada à luta pelos direitos e pelas políticas sociais (que são lutas necessárias), nesse processo é fundamental o conhecimento teórico para entender a questão social e suas metamorfoses e, sobretudo, para compreender que não se enfrenta a “questão social sem enfrentar o capitalismo”.

O que está em jogo é afirmar e potencializar o conjunto dos valores, princípios e concepções ético-políticas expresso no projeto profissional, de componente fundamentalmente crítico e nitidamente vinculado a um projeto societário de transformação da ordem social.

³ “*Questão social*” aqui entendida como expressão das desigualdades sociais engendradas pela acumulação capitalista, cujo fundamento é a exploração do trabalho que gera valor e valorização do capital. O “resultando da acumulação, é *simultaneamente*, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (BRAZ; NETTO, 2006: 137, grifos originais).



Por outro lado, a política de Assistência Social, através do SUAS, tem criado fortes impactos no cotidiano do trabalho do Assistente Social,

tensionado as dimensões das competências e atribuições privativas do assistente social que postula um profissional crítico, vinculado às demandas coletivas de usuários, ao acesso aos direitos, e as demandas institucionais que vêm exigindo um profissional com um perfil tecnicista, cuja tendência é de fortalecimento das bases conservadoras do serviço Social, e, portanto, de mero controle de parcelas da classe trabalhadora usuária desta política. (SILVA, 2012, p. 156).

Esse processo tem sido delineado pelas atuais configurações do capitalismo contemporâneo na sua ação incessante de acumulação de capital, em que as políticas sociais e o conjunto de serviços sociais nelas previstas, possui um peso significativo nas relações sociais de produção. É válido destacar, de acordo com Netto (2005), que o peso da política social⁴ para o capital está em assegurar condições adequadas ao desenvolvimento do capitalismo, além de oferecer respaldo a imagem de “social” e “mediador” do Estado (burguês⁵), intervindo nas refrações questão social de forma fragmentada e parcializada, convertendo-as em problemas sociais, recortando-as sob a ótica particular e individual na trilha da psicologização das relações sociais.

⁴ De acordo com lamamoto (1998, p. 92, grifos originais) os serviços sociais previstos no âmbito das políticas sociais “*nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e a apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) [...] nada mais são do que a devolução à classe trabalhadora de parcela mínima do produto por ela criado, mas não apropriado, sob uma nova roupagem: a de serviços ou benefícios sociais*”. Cabe ainda destacar, de acordo com a autora, que os serviços sociais para além da concepção de direitos sociais, possuem sentidos diferentes tanto para a classe trabalhadora quanto para o capital. Do ponto de vista do trabalhador expressam ações necessárias e vitais a sobrevivência do trabalhador e sua família, embora insuficientes para suprir todas as necessidade humanas e sociais na sociedade do capital, ou seja, são “vitais, mas não suficientes, para aquelas parcelas da força de trabalho alijadas momentaneamente do mercado de trabalho e lançadas no pauperismo absoluto” (lamamoto, 1997, p. 97). Para o capital expressam meio de reduzir os custos da força de trabalho, meios de manutenção do exército industrial de reserva, reprodução da força de trabalho, campo de ampliação de investimentos, elevação da produtividade do trabalhador.

⁵ As funções assumidas pelo Estado no capitalismo monopolista (sobretudo, a partir do período clássico do imperialismo) quando este é capturado pela lógica monopolista, passa de interventor emergencial, episódico e pontual para interventor, contínuo e sistemático, articulando as funções: política e econômica para garantir os superlucros dos monopólios (Netto, 2005). Cabe destacar, ainda, a importância central e decisiva do Estado na esfera da reprodução das relações sociais exercendo “a condição de legislador e de controlador das forças repressivas. Estes dois “braços” do Estado são mutuamente complementares na tarefa de assegurar o poder e a ordem estabelecida conforme os interesses dominantes. O Estado como centro do exercício do poder político, é via privilegiada através da qual as diversas frações das classes dominantes, em conjunturas específicas, impõem seus interesses de classe ao conjunto da sociedade, como ilusório interesse geral” (lamamoto, 1998, p. 81) .



Portanto, é oportuno destacar que o capital tem imposto para a profissão novas e velhas requisições ao exercício profissional no âmbito das políticas sociais e, também, submetendo-o ao trabalho precário e suas consequências.

Nos últimos vinte anos, como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos. Vivenciam e enfrentam, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho e efetivam respostas no campo dos direitos, captando e enfrentando as expressões da chamada “questão social”, que se convertem, por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas para a profissão. (GUERRA, 2010, p. 716-717).

Desse modo, analisar esse espaço sócio-ocupacional do Assistente Social exige situá-lo no movimento histórico da sociedade brasileira e mundial (RAICHELIS, 2010) e os processos que tem condicionado o trabalho profissional na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais. Exige considerar os aspectos contraditórios pelos quais exerce esse trabalho especializado nos quadros da divisão social e técnica do trabalho.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos discorrer sobre os desafios que envolvem a Assistência Social na cena contemporânea e seus reflexos no trabalho profissional. As tendências que envolve essa política pública não pode ser pensada desvinculada dos processos sociais da dinâmica da produção capitalista. Nessa dimensão é necessário conceber o trabalho profissional como uma possibilidade de somar com luta dos trabalhadores na defesa e construção do SUAS.



REFERÊNCIAS

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELES R. A Política Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. COUTO, Berenice Rojas [et al.]. **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 32-65.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino, público, privado e a distância. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Cortez Editora: São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e Conservadorismo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. In: _____ (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 21-57.

_____. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____ (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. In: **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 20, 2007 (p. 126-138).

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do Assistente Social e condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Cortez Editora: São Paulo, n. 104, out./dez. 2010.

TEIXEIRA, R. V. Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Cortez Editora: São Paulo, n. 104, out./dez. 2010.